

ISSN 0103-9466

**SALÁRIOS E ABSORÇÃO DE MÃO-DE-OBRA  
NO BRASIL: UM EXAME A PARTIR DAS  
REGIÕES METROPOLITANAS**

**David Dequech Filho**

**TEXTO PARA DISCUSSÃO n° 25**

julho/1993

**INSTITUTO DE ECONOMIA  
UNICAMP**

ISSN 0103-9466

**SALÁRIOS E ABSORÇÃO DE MÃO-DE-OBRA  
NO BRASIL: UM EXAME A PARTIR DAS  
REGIÕES METROPOLITANAS**

---

**David Dequech Filho (\*)**

(\*) **Pesquisador do Instituto de Economia da UNICAMP**

**Instituto de Economia, julho de 1993**

**COMISSÃO DE PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO DE ECONOMIA/UNICAMP**

**José Ricardo Barbosa Gonçalves**

**Maurício Chalfin Coutinho**

**Otaviano Canuto dos Santos Filho**

**Paulo Eduardo de Andrade Baltar**

**Paulo Roberto Davidoff Chagas Cruz (Coordenador)**

**FICHA CATALOGRÁFICA**

---

**DEQUECH FILHO, David**

Salários e absorção de mão-de-obra no Brasil: um exame a partir das regiões metropolitanas/ David Dequech Filho - Campinas: UNICAMP/IE, 1993.

18 p. (Texto para Discussão. IE/UNICAMP, n. 25)

1. Salários - Brasil. 2. Mão-de-obra - Brasil. 1. Título. II. Série.

---

Exemplares avulsos poderão ser obtidos com Creuza A. Dias

**INSTITUTO DE ECONOMIA**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

Comissão de Publicações

Caixa Postal 6135

fax: (0192) 39.1512

f: (0192) 39.8295

**Preço/exemplar 2 UFIR**

**Postagem 1 UFIR**

**TOTAL 3 UFIR**

# **SALÁRIOS E ABSORÇÃO DE MÃO-DE-OBRA NO BRASIL: UM EXAME A PARTIR DAS REGIÕES METROPOLITANAS \***

**David Dequech Filho \*\***

## **Sumário**

O texto retoma a polêmica sobre a absorção de mão-de-obra no Brasil, discutindo em especial a relação entre a absorção de mão-de-obra e os salários antes da crise dos anos oitenta. Após uma breve discussão teórico-conceitual, examina as diferenças de salário entre as Regiões Metropolitanas, mostrando que não se pode atribuí-las imediatamente a diferenças quanto ao tamanho do excedente de mão-de-obra, sendo necessário considerar o tipo de emprego criado. A partir disso extrai, para o Brasil como um todo, a conclusão de que houve uma insuficiência qualitativa da criação de empregos assalariados.

---

\* Este texto desenvolve idéias da dissertação de mestrado do autor (Dequech Filho, 1991), que agradece os comentários de Paulo Baltar, Paulo Renato Souza, Claudio Dedecca e Leonardo Guimarães Neto, sem comprometê-los com os resultados.

\*\* Pesquisador do Instituto de Economia da Unicamp.

Como o Brasil ainda se encontra diante do desafio de recuperar o dinamismo econômico e simultaneamente solucionar problemas como a má distribuição de renda, convém avaliar de maneira mais precisa a experiência passada de crescimento. Este texto retoma, em particular, a polêmica sobre a (in)suficiência da absorção de mão-de-obra na América Latina, analisando, no caso do Brasil, as relações básicas entre a evolução da absorção de mão-de-obra e os salários.

### 1. Salários e absorção de mão-de-obra: comentários gerais

Alguns autores afirmam que durante o período de industrialização que vai do pós-guerra até cerca de 1980, a absorção de mão-de-obra na América Latina foi insuficiente frente à disponibilidade de mão-de-obra. De outro lado estão os autores que criticam esta postura e enfatizam os aspectos positivos da evolução do emprego e da renda dos países latino-americanos e sobretudo do Brasil. Entre esses aspectos estão: as altas taxas de crescimento do emprego, principalmente na indústria e em outros setores tidos como modernos, como bancos, serviço público, etc; o avanço das relações de trabalho assalariadas; o aumento da produtividade do setor terciário como um todo; e o aumento da qualificação da mão-de-obra. Eles são destacados por: Ramos (1984), Faria (1984 e 1986), Kaztman (1984), Salm *et alii* (1987), CEPAL (1986), Hasenbalg & Silva (1983). Os trabalhos que defendem a primeira posição incluem: CEPAL (1965), Garcia (1982), Tokman (1988), Garcia & Tokman (1984), Couriel (1984), Centro de Proyecciones Económicas de la CEPAL (1984) e Pinto (1984).

Tanto a defesa quanto a crítica da hipótese de insuficiente absorção de mão-de-obra estão relacionadas com a forma de manifestação do fenômeno. De modo geral há uma associação entre a insuficiente absorção de mão-de-obra e o

crescimento do chamado emprego informal urbano. Entre as principais características do setor informal urbano, tal como definido pelo PREALC, é destacada sua baixa produtividade, de modo que é frequente também o uso do conceito de absorção produtiva de mão-de-obra, no sentido de criação de empregos de alta produtividade e remuneração (ver, por exemplo, Garcia, 1982, p.52).

Sem estarem diretamente envolvidos nessa controvérsia, Souza (1980) e Cacciamali (1983) desenvolveram uma distinção entre dois setores produtivos (capitalista x não-capitalista; ou organizado x não-organizado em empresas) segundo a forma como organizam a produção. Aplicando essas idéias àquela polêmica, é possível distinguir esses dois setores também quanto aos determinantes do surgimento de empregos.

No primeiro, prevalece a obediência à lógica de valorização do capital. Ela comanda as decisões de produção e, dada a técnica e o contorno institucional, são essas decisões - e não diretamente a disponibilidade de mão-de-obra - que determinam o nível de emprego em cada firma (Baltar, 1985, p.242). Mesmo no caso dos empregos assalariados<sup>1</sup> com menores requisitos de qualificação, a entrada não é absolutamente livre, no sentido de que depende em última instância de uma decisão capitalista<sup>2</sup>.

De sua parte, o crescimento do emprego no setor não-capitalista também pode estar respaldado por uma demanda de mão-de-obra<sup>3</sup>. Por sua vez, isto é

1. Essa expressão refere-se aqui sempre aos trabalhadores assalariados em empresas, o que exclui os empregados domésticos, tratados em Dequech Filho (1991) como um caso à parte.

2. A possibilidade de que a disponibilidade de mão-de-obra afete a escolha da técnica de produção apenas torna mais complexa a discussão, mas não invalida seus resultados básicos.

3. No caso dos trabalhadores por conta própria, que se auto-empregam, não se trata diretamente da demanda de mão-de-obra, e sim da demanda pelos bens e serviços que eles oferecem.

possível porque o espaço econômico do setor não-capitalista pode crescer, dependendo do movimento do núcleo capitalista.

Tal distinção é importante na análise da absorção porque essa última tem a ver, antes de mais nada, com a criação de empregos, ou seja, com a demanda de mão-de-obra. Numa primeira aproximação, ela deve ser considerada insuficiente quando for inferior à disponibilidade de força de trabalho. Nestas circunstâncias, o desemprego aumenta e/ou o emprego cresce mais por uma pressão da disponibilidade que da demanda de mão-de-obra.

Assume-se aqui que esta última possibilidade não existe no caso do emprego capitalista, dada a lógica que comanda as decisões de que ele depende. Pode-se então considerar todos os trabalhadores do setor capitalista como absorvidos <sup>4</sup> (o que não lhes garante muita coisa, como se verá adiante). Se há diferença entre a criação de empregos capitalistas e a disponibilidade total de mão-de-obra, algumas pessoas estarão desempregadas ou ocupadas no setor não-capitalista. Os desempregados são evidentemente não-absorvidos; o mesmo não se pode dizer *a priori* dos demais, pois alguns deles podem ter-se empregado no setor não-capitalista porque havia demanda para isto. Esses últimos não fazem parte do excedente, definido em relação à demanda geral de mão-de-obra. Diferenciam-se assim de outros possíveis ocupados no setor não-capitalista, que não têm a aceitação do mercado e apenas seguem uma estratégia de sobrevivência.

Uma insuficiente absorção de mão-de-obra (entendida ainda nessa primeira aproximação) pode manifestar-se sobre o desemprego, a inatividade

---

4. O emprego público, também assalariado, é um caso complexo e no limite deve ser tratado à parte, já que seu crescimento é comandado, pode-se dizer, por uma lógica política.

(com pessoas saindo do mercado de trabalho) ou sobre a renda do setor não-capitalista, embora neste último caso a manifestação não se dê sem mediações<sup>5</sup>.

Os salários têm uma relação específica com a absorção de mão-de-obra, não só porque são específicos no setor organizado em empresas a complexidade do processo produtivo e o porte e o poder de mercado das unidades de produção, mas também porque os salários dependem de uma negociação. Isso dá margem à influência de fatores institucionais e políticos (não totalmente independentes de aspectos econômicos) sobre os salários, que portanto não dependem apenas da absorção de mão-de-obra.

Em termos gerais, o excedente de mão-de-obra funciona como ameaça potencial aos trabalhadores, deprimindo seu poder de barganha. Mas o excedente não pressiona igualmente todos os salários para baixo. Particularidades técnicas e organizacionais do processo de trabalho podem dar origem a segmentos específicos do mercado de trabalho, cujos salários são relativamente protegidos do excedente de mão-de-obra<sup>6</sup>.

A influência do excedente sobre os salários depende também das particularidades da formação e organização do mercado de trabalho - em especial da estabilidade da estrutura produtiva. De acordo com Baltar (1985), em determinadas circunstâncias (observadas nos países como o Brasil, que passaram por importantes transformações estruturais muito concentradas no tempo) o excedente pode funcionar como pré-requisito da alta rotatividade e, por extensão, dos baixos salários.

---

5. Ver Dedecca (1990, cap.3).

6. Este ponto está desenvolvido em Dequech Filho (1991), com base em Baltar (1985), Doeringer e Piore (1971 e 1985), Edwards, Reich and Gordon (1975) e Rubery (1978).

Fica evidente, portanto, a influência do tipo de emprego criado sobre os salários, que se favorecem com o surgimento de empregos com maiores requisitos de qualificação, em empresas com processos produtivos mais modernos e complexos e com relações hierárquicas mais bem definidas. É preciso considerar ainda a dimensão e a natureza do estoque de empregos preexistentes. Numa situação em que esse estoque é muito grande e além disso compõe-se de postos de trabalho pouco qualificados, em empresas pequenas, etc., a criação de novos empregos com mais oportunidades de melhores salários tende a ter um reduzido efeito no sentido de puxar para cima os demais salários. Mais ainda, os baixos salários associados a tal situação tendem a permitir um círculo vicioso que reproduz a natureza do estoque de empregos antigos, viabilizando empresas que não sobreviveriam com salários mais altos, por terem processos de produção pouco eficientes em termos técnicos e organizacionais.

Percebe-se então que a existência de um grande excedente de mão-de-obra (cuja magnitude é determinada pela absorção de mão-de-obra, entendida naquela primeira aproximação) não pode ser simplesmente apontada como causa dos baixos salários auferidos por vasta parcela dos trabalhadores em países subdesenvolvidos. Por outro lado, a absorção de mão-de-obra, num sentido mais amplo, afeta os salários através do que se pode denominar aspectos qualitativos da criação de empregos assalariados.

Esses aspectos não se reduzem à produtividade do trabalho. É claro que altos salários em geral pressupõem um aparelho produtivo que no conjunto tenha alta produtividade. Ao nível de cada emprego o que importa são suas características que afetam a barganha salarial. Nem a produtividade é o único dos aspectos qualitativos da absorção de mão-de-obra, nem os salários dependem apenas da absorção, de modo que é um equívoco reduzir o problema à insuficiência de absorção produtiva no sentido de pequena criação de empregos de alta produtividade e remuneração.

## 2. O caso brasileiro: um exame a partir das Regiões Metropolitanas

Trata-se aqui de relacionar o baixo nível dos salários de grande parte dos empregados brasileiros à evolução da absorção de mão-de-obra no país. Este exame será feito com base numa comparação entre as diversas Regiões Metropolitanas.

As metrópoles têm sido parte importante da controvérsia sobre a absorção<sup>7</sup>. Além disso, e com especial interesse para os objetivos deste texto, uma comparação entre as metrópoles permite de certa forma isolar a ação de fatores políticos e institucionais comuns a todo o Brasil (como as restrições à organização sindical pela legislação trabalhista, assim como no período dos governos militares se somou a isso um ambiente nacional de forte repressão política) e aos quais diversos estudos atribuem grande responsabilidade pelo fraco desempenho dos salários em relação ao enorme dinamismo exibido pela economia brasileira até 1980<sup>8</sup>. Assim, essa comparação é aqui um meio de extrair conclusões para o Brasil como um todo. Finalmente, as próprias disparidades regionais são por vezes indicadas como uma evidência dos limites da expansão do emprego no Brasil pré-crise (ver, por exemplo, Saboia, 1989).

---

7. Pode-se citar duas razões interligadas para isso: o poder de atração das metrópoles sobre a força de trabalho de regiões mais atrasadas e a expressão que nelas adquire o trabalho fora do setor empresarial.

8. Será possível, assim, salientar o papel de fatores mais propriamente econômicos relacionados com a absorção de mão-de-obra e esclarecer a relação que esses fatores têm com o contexto institucional. Não se desconsidera aqui o fato de que os condicionantes institucionais e políticos de caráter nacional têm efeitos diferentes sobre as diferentes regiões do país. Mas isso não impede que eles sejam tratados como um elemento comum a todas as metrópoles, até para que se possa compreender, ao ver características que sejam sim específicas de cada metrópole, por que aqueles condicionantes comuns, interagindo com tais características, impactam de modo distinto sobre as distintas metrópoles.

O destaque dado aqui aos salários *vis-à-vis* às demais rendas do trabalho deve-se à crença de que a participação dos empregados na população ativa já atingiu um patamar tal que são os salários que basicamente conformam o perfil da distribuição da renda do trabalho no Brasil. As diferenças intermetropolitanas de renda do trabalho, por exemplo, refletem sobretudo diferenças de salário. Nas metrópoles de menor renda é bem maior a proporção de autônomos e bem menor a renda desses autônomos e dos empregados domésticos, mas são o alto peso dos empregados em todas as metrópoles e as expressivas diferenças de salário entre elas que marcam a comparação entre as rendas das metrópoles (Baltar e Dequech Filho, 1990). Portanto, para compreender a distribuição de renda, é mais importante não o que está por trás da baixa renda do setor não-organizado em empresas, mas sim a possível relação entre isso e o baixo nível salarial<sup>9</sup>.

Em função do objetivo dessa seção (e também devido às dificuldades de comparar todas as metrópoles usando um volume muito grande de dados), quatro das nove Regiões Metropolitanas foram selecionadas: São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Recife<sup>10</sup>.

Procura-se aqui qualificar a interpretação, defendida por exemplo por Guimarães Neto (1986), segundo a qual a maior extensão e difusão do excedente de mão-de-obra parece ser a principal particularidade que explica as diferenças salariais entre o Nordeste e o resto do país.

A primeira comparação envolve Salvador e Recife. A superioridade dos salários da primeira frente à segunda é significativa. Por outro lado, embora a

---

9. Nesse sentido, sugere-se para a agenda de pesquisas sobre o mercado de trabalho brasileiro que se dê mais importância relativa ao problema dos salários e menos, por exemplo, ao emprego e renda dos trabalhadores autônomos.

10. Essa seção atém-se aos aspectos que interessam diretamente aos objetivos do texto. O leitor interessado em maiores detalhes empíricos e metodológicos deve remeter-se a Dequech Filho (1991).

proporção de autônomos e de empregados domésticos no conjunto dos trabalhadores de Salvador e Recife seja muito semelhante, outros dados - como a renda desses autônomos e empregados domésticos e, se se quiser, o peso das pessoas sem ocupação na População em Idade Ativa (PIA) - indicam que o excedente de mão-de-obra é maior em Recife que em Salvador <sup>11</sup>.

Pode-se afirmar que as diferenças salariais entre Salvador e Recife refletem muito mais as diferenças de salários num mesmo ramo de atividade que a diferença de composição setorial do emprego assalariado.

Quando se compara os salários das duas metrópoles ramo a ramo de atividade, percebe-se que em praticamente todos os ramos de Salvador os salários são sem dúvida superiores aos dos respectivos ramos em Recife. No entanto, a intensidade da diferença não é a mesma em todos os ramos de atividade .

Ela é maior em alguns ramos, vários dos quais são justamente aqueles em que se pode imaginar mais facilmente que o tipo de atividade ou produção no interior dos ramos de Salvador permite maiores salários - como em alguns ramos da indústria de transformação (petroquímica, química, metalúrgica, minerais não-metálicos, mecânica, material elétrico e de comunicações, etc) ou ainda na construção (Dequech Filho, 1991, p. 96/104).

Há fortes indicadores de que nesses ramos (marcados pela presença em Salvador do Pólo Petroquímico de Camaçari e do Centro Industrial de Aratu) pesam mais em Salvador que em Recife postos de trabalho com maiores requisitos de escolaridade e experiência, maior frequência de programas de treinamento e menores taxas de rotatividade. Esses postos situam-se predominantemente em empresas de maior porte que as de Recife, mais modernas e com técnicas mais

---

11. Todas as comparações entre as metrópoles quanto à dimensão do excedente de mão-de-obra baseiam-se em Baltar e Dequech Filho (1990).

intensivas em capital. É o que mostram, por exemplo, Brandão (1985), Souza & Araújo (1986), Maranhão (1987) e Castro (1988) <sup>12</sup>.

Outros ramos em que há diferenças mais acentuadas entre Salvador e Recife são aqueles, como por exemplo alguns da prestação de serviços (serviços técnico-profissionais e auxiliares das atividades econômicas), que dependem diretamente do tipo de atividade ou produção <sup>13</sup>.

Há ainda diferenças consideráveis de salários em vários outros ramos, e de modo muito genérico pode-se dizer que provavelmente o tipo de emprego assalariado também determina algumas dessas diferenças. Por outro lado, em alguns desses ramos pode ser que o tipo de emprego seja semelhante, com igual predomínio do emprego pouco qualificado. Nesse caso, a diferença de tamanho do excedente de mão-de-obra desempenharia um papel mais nítido ou mais direto na explicação das diferenças salariais entre as metrópoles.

Assim, o contraste com Recife indica que se criou em Salvador, com significativa magnitude e difusão por vários ramos de atividade, um tipo diferente de emprego assalariado, capaz de proporcionar salários comparativamente mais altos que em Recife <sup>14</sup>.

---

12. Para uma referência mais detalhada a esses trabalhos, ver Dequech Filho (1991). De sua parte, a construção parece marcada pelo fato de que a própria implementação de novas indústrias em Salvador dinamizou um tipo de construção mais pesada e de que Salvador sedia empresas de grande porte, situadas inclusive entre as maiores do Brasil em seu ramo.

13. Cf. Dequech Filho (1991, p.105-106). Sobre as transformações que o avanço da industrialização provocou sobre o setor terciário de Salvador, ver Castro (1985 e 1988) e Fernandes (1986).

14. Portanto, apesar de continuar heterogênea, a economia de Salvador não deve ser caracterizada por um grupo reduzido de indústrias (em particular a química) que paga altos salários e representa um "enclave" frente ao resto do mercado de trabalho.

A comparação entre os salários de Salvador e Belo Horizonte revela outras evidências interessantes, pois Belo Horizonte é a metrópole do Sul-Sudeste que mais se aproxima de Salvador quanto ao perfil de renda do trabalho e especialmente quanto aos salários (Baltar e Dequech Filho, 1990).

Essas evidências ajudam a relativizar a importância do tamanho do excedente de mão-de-obra na explicação das diferenças salariais intermetropolitanas (e, com relação às disparidades entre Salvador e Recife, confirmam que não se pode atribuí-las imediatamente ao excedente de mão-de-obra), já que o confronto de possíveis indicadores da dimensão do excedente - a taxa de desemprego, o peso das pessoas sem ocupação, a proporção e a renda dos autônomos e empregados domésticos - é indubitavelmente favorável a Belo Horizonte.

Não se pode afirmar com clareza que os salários de Belo Horizonte sejam maiores nem menores que os de Salvador. A semelhança entre as duas metrópoles a esse respeito é patente.

Esta semelhança se repete no contraste ramo a ramo de atividade (Dequech Filho, 1991, p.96/106). Quando a comparação é claramente favorável a uma das metrópoles, muitas vezes a diferença é pequena. Além disso, talvez em alguns desses casos a vantagem a favor de Belo Horizonte resulte do fato de que Salvador tinha até 1984 um salário mínimo institucional quase 20% inferior ao das metrópoles do Sul-Sudeste. Isto vale especialmente para os ramos (como o comércio, transportes e comunicações, atividades sociais, indústria da madeira, plásticos, vestuários e bebidas) em que parte significativa da diferença pró-Belo Horizonte se localiza nas faixas de renda próximas ao salário mínimo.

Em suma, a semelhança entre os salários das duas metrópoles é bastante generalizada e vários ramos de atividade de Salvador, apesar de um maior

excedente de mão-de-obra, têm salários que se equiparam a ou até superam os respectivos salários de Belo Horizonte.

Da mesma forma, é interessante traçar um paralelo entre Salvador e São Paulo, já que esta última metrópole tem o mercado de trabalho mais desenvolvido do país, em vários aspectos. Em São Paulo, mais ainda que em Belo Horizonte (ou em qualquer outra metrópole brasileira), aqueles indicadores do tamanho do excedente de mão-de-obra são mais favoráveis que os de Salvador.

Os salários são bastante diferenciados entre as duas metrópoles<sup>15</sup>.

A comparação dos salários ramo a ramo de atividade também sugere que o tipo de emprego influencia bastante os salários, o que faz com que as diferenças intermetropolitanas de salário não acompanhem ou não acompanhem sempre com a mesma intensidade em todos os ramos quaisquer diferenças relativas ao tamanho do excedente de mão-de-obra.

Os salários tipicamente altos em alguns ramos em Salvador - indústria química e de derivados de petróleo e carvão - são sem dúvida melhores que os de São Paulo. Em outros ramos, não é fácil afirmar que os salários de uma metrópole são maiores que os da outra (como na indústria de papel e papelão, têxtil e de couros e nas atividades financeiras e imobiliárias). Num terceiro grupo de ramos, aquela diferença de salário mínimo regional que existiu até 1984 parece responsável pela diferença salarial em favor de São Paulo, que é pequena e concentrada em torno das faixas salariais próximas ao mínimo. Este é o caso dos serviços auxiliares das atividades econômicas e, na indústria de transformação,

15. Também bastante distinta é a composição setorial do emprego assalariado. Em particular, o peso da indústria de transformação em São Paulo é duas vezes maior que em Salvador. Mas, assim como no confronto entre Salvador e Recife, essa diferença na composição setorial do emprego afeta muito pouco as diferenças salariais entre Salvador e São Paulo. Muito mais importantes são as diferenças de salário em cada ramo de atividade.

dos minerais não-metálicos, metalúrgica, mecânica, material elétrico e de comunicações, produtos farmacêuticos e veterinários e produtos de matérias plásticas.

Portanto, num número considerável de ramos (incluindo cerca de 2/3 da indústria de transformação), ou não há nítida superioridade dos salários de São Paulo sobre os de Salvador, ou há uma superioridade que pode resultar de diferenças institucionais (de salário mínimo, até 1984). Nesses ramos, então, o possível maior excedente de mão-de-obra em Salvador tem uma capacidade limitada de reduzir os salários comparativamente aos de São Paulo - e não apenas em relação aos salários de Belo Horizonte.

Todavia, é evidente que os salários de São Paulo são superiores aos de Salvador em outros ramos, com uma participação total no emprego bem mais alta. Mas mesmo nesses casos a magnitude do desnível salarial varia de um ramo para outro, o que também chama a atenção para a importância do tipo de emprego assalariado. Mas, mais uma vez, é possível que em alguns ramos haja nas metrópoles um predomínio semelhante do emprego não-qualificado e que nesses casos as diferenças quanto ao tamanho do excedente exerçam uma influência mais imediata sobre as diferenças salariais <sup>16</sup>.

### 3. Salários e absorção de mão-de-obra no Brasil: conclusões

O reconhecimento da influência do tipo de emprego sobre os salários permite pensar que, em algumas metrópoles comparativamente a outras, os salários são mais baixos não imediatamente por causa de uma maior pressão do excedente de mão-de-obra, mas, mais especificamente, pelo fato de que essa pressão atua numa estrutura econômica particular, menos desenvolvida e mais

---

16. Aí valeria a observação de Guimarães Neto (1986, p.320) sobre a influência mais marcante no Nordeste do maior excedente estrutural de mão-de-obra sobre a base do mercado capitalista de trabalho.

propicia à sua atuação. Trata-se de uma estrutura econômica em que pesam menos aqueles empregos mais favoráveis aos salários (inclusive no sentido de mais protegidos contra o excedente de mão-de-obra), isto é, empregos mais especializados, em empresas de maior porte, com processos produtivos mais modernos e complexos, com organizações hierárquicas mais definidas, etc (que não são simplesmente empregos de maior produtividade).

Os salários não dependem apenas da absorção de mão-de-obra. Mas usando uma idéia mais ampla de absorção de mão-de-obra, que incorpora os aspectos qualitativos da criação de empregos assalariados (e que conseqüentemente extrapola o confronto entre oferta e demanda de força de trabalho), percebe-se portanto que a análise das Regiões Metropolitanas aponta na direção de uma insuficiência qualitativa da absorção de mão-de-obra pelo setor organizado em empresas no Brasil, sobretudo nas metrópoles do Norte-Nordeste, mas também no Sul-Sudeste.

Esse é um problema que se diferencia ao mesmo tempo em que se interage com outro: a insuficiente geração de empregos frente a uma grande oferta de mão-de-obra no Brasil metropolitano (também mais grave no Norte-Nordeste), que faz com que uma parcela significativa da força de trabalho ou fique desempregada ou, numa estratégia de sobrevivência, se empregue em segmentos do setor não-organizado em empresas.

Precisa-se melhor, dessa maneira, o alcance da polêmica sobre a absorção de mão-de-obra. De outro lado, relativiza-se (sem negar) as análises que enfatizam as restrições políticas e institucionais ao crescimento dos salários - em particular aos salários de base. O contexto institucional - inclusive, além da legislação trabalhista e da política salarial, a facilidade de sonegação fiscal - interage com a absorção de mão-de-obra (entendida já em seu sentido mais amplo), na medida em que, por exemplo, ajuda a viabilizar a sobrevivência, no

Brasil, de empresas mais atrasadas e mais ineficientes em termos técnico-produtivos e organizacionais, reproduzindo a heterogeneidade da estrutura produtiva <sup>17</sup>.

Se se pretende que melhore a situação do país em termos do nível e da distribuição de renda, não se pode desprezar os problemas mais propriamente econômicos que, interagindo com os institucionais, afetavam os salários mesmo antes da crise dos anos oitenta (e, por enquanto, noventa) <sup>18</sup>. Por outro lado, não se deve imaginar que mesmo uma eventual solução ou amenização desses problemas seria suficiente para resolver o problema maior da extrema concentração de renda no Brasil. Como aponta Fernando Carvalho (1989, p.213), esse último problema é tão grave que é preciso atacá-lo por diversos flancos, somando indispensáveis mecanismos fiscais a uma redistribuição da renda privada, o que não apenas incorporaria maiores parcelas da população ao consumo como também serviria para dar força a nossa economia e estabilidade à política. Dizendo de outra forma, as questões tratadas neste ensaio dizem respeito a isso que Carvalho chamou de distribuição privada da renda e é necessário atentar para o potencial redistributivo das políticas fiscais e sociais, inclusive mas não apenas porque o efeito destas políticas sobre o bem-estar da população pode ser muito mais rápido que o de eventuais transformações da estrutura produtiva do país.

---

17. O desaparecimento de empresas que só conseguem sobreviver graças aos baixos salários e sem pagar impostos e encargos trabalhistas não deve deixar de ser desejado em função da destruição dos milhares de empregos (de baixa qualidade) que ela oferecem. Junto com seu desaparecimento pode ocorrer um aumento do nível salarial nos empregos restantes e um aumento da receita do Estado, que permitiria financiar políticas compensatórias. Isso por sua vez pode fazer com que o efeito líquido final sobre o nível de emprego não seja negativo (assim como não o será sobre a renda do trabalho).

18. Sem esquecer também que a onda de inovações tecnológicas e organizacionais a nível mundial muda a natureza desses problemas (e dos empregos que podem ser mais favoráveis aos salários). Contudo, seu impacto depende do grau de sua difusão e não é de se esperar que no Brasil essa onda atinja um número muito grande de setores econômicos e mesmo de empresas. Desse modo, no que diz respeito aos aspectos qualitativos da absorção de mão-de-obra, as observações anteriores que implicitamente se referiam ao chamado padrão fordista de produção devem continuar válidas por um prazo considerável no caso brasileiro.

## BIBLIOGRAFIA

- BALTAR, P. (1985), Salários e preços: esboço de uma abordagem teórica, Campinas, UNICAMP/IE. 317p. (Tese - Doutorado).
- BALTAR, P. & DEQUECH FILHO, D. (1990), "Diferenças de renda do trabalho entre Regiões Metropolitanas", São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.2, n.4, p.73-77, abr./jun.
- BRANDÃO, M.A. (1985), "A regionalização da grande indústria no Brasil: Recife e Salvador na década de 70", Revista de Economia Política, São Paulo, v.5, n.4, p.77-90, out./dez.
- CACCIAMALI, M.C. (1983), Setor informal e formas de participação na produção, São Paulo, Editora IPE-USP. 146p.
- CARVALHO, F.C. de (1989), "Some Short- and Long-Term Barriers to Income Redistribution in a Monetary Economy: An Illustration from the Recent Brazilian Experience", in DAVIDSON, P. & KREGEL, J. (1989) (eds.), Macroeconomic Problems and Policies of Income Distribution, Aldershot, U.K., Edward Elgar.
- CASTRO, N.A. (1985), "O emprego não-agrícola no estado da Bahia (1950-1975)", Força de Trabalho e Emprego, Salvador, v.1, n.3, jan./abr.
- CASTRO, N.A. (1988), "Novo operariado, novas condições de trabalho e novos modos de vida na fronteira do moderno capitalismo industrial". In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 6., Olinda, Anais ... Belo Horizonte: ABEP, v.2, p.437-80.
- CENTRO DE PROYECCIONES ECONÓMICAS DE LA CEPAL (1984), "La absorción productiva de la fuerza de trabajo: una polémica abierta", Revista de la CEPAL, Santiago, n.24., p.7-15.
- CEPAL (1965), "Los cambios estructurales en el empleo en el desarrollo económico de América Latina", Boletín Económico de América Latina, Santiago, v.X, n.2.
- CEPAL (1986), La transformación socio-ocupacional del Brasil, 1960-1980, y la crisis social de los 80, Santiago, mimeo.
- COURIEL, A. (1984), "Pobreza y subempleo en América Latina", Revista de la CEPAL, Santiago, n.24., p.39-62.
- DEDECCA, C. (1990), Dinâmica Econômica e Mercado de Trabalho Urbano: uma abordagem da Região Metropolitana de São Paulo, Campinas: UNICAMP/IE. 234p. (Tese - Doutorado).
- DEQUECH FILHO, D. (1991), Diferenças de Emprego e Renda nas Regiões Metropolitanas Brasileiras, Campinas: UNICAMP/IE. 130p. (Dissertação - Mestrado).
- DOERINGER, P. & PIORE, M. (1971), Internal labor market and manpower analysis, Lexington, M.A.: Heath and Company. 214p.

- DOERINGER, P. & PIORE, M. (1985), "Internal labor market and manpower analysis: a second look". In: DOERINGER, P. & PIORE, M. (1985), Internal labor market and manpower analysis, reedição, Armonk, N.Y., M.E. Sharpe.
- EDWARDS, R., Reich, M. & Gordon, M. (1975), "The social relations of production in the firm and labor market structure". In: Edwards, R., Reich, M. & Gordon, M. (orgs.) (1975), Labor market segmentation, Lexington, M.A.: Heath and Company.
- FARIA, V. (1984), "Emprego: a experiência brasileira nos últimos trinta anos". In: SORJ, B. & ALMEIDA, M.H.T. (orgs.) (1984), Sociedade e Política no Brasil pós-1964, São Paulo, Brasiliense.
- FARIA, V. (1986), "Mudanças na composição do emprego e na estrutura das ocupações". In: BACHA, E. & KLEIN, H. (orgs.) (1986), A transição incompleta, Rio de Janeiro: Paz e Terra. v.1. p.75-109.
- FERNANDES, F. (1986), "Mercado de trabalho na Bahia: um diagnóstico", Força de Trabalho e Emprego, Salvador, v.1, n.7, mai./ago.
- GARCIA, N. (1982), "Absorción creciente y subempleo persistente", Revista de la CEPAL, Santiago, n.18, p.47-67.
- GARCIA, N. & TOKMAN, V. (1984), "Transformación ocupacional y crisis", Revista de la CEPAL, Santiago, n.24. p.103-115.
- GUIMARÃES NETO, L. (1986), Nordeste: da articulação comercial à integração econômica, Campinas, mimeo.
- HASENBALG, C. & SILVA, N.V. (1983), "Industrialização e estrutura de emprego no Brasil: 1960-1980", In: HASENBALG, C. & SILVA, N.V. (1987), Estrutura social, mobilidade social e raça, São Paulo: Vértice.
- KAZTMAN, R. (1984), "Las transformaciones sectoriales del empleo en América Latina", Santiago, Revista de la CEPAL, Santiago, n.24, p.83-102.
- MARANHÃO, S. (coord.) (1987), Rotatividade da mão-de-obra na Região Metropolitana do Recife, Recife, FUNDAJ/SUDENE.
- PINTO, A. (1984), "Metropolización y terciarización: malformaciones estructurales en el desarrollo latinoamericano", Santiago, Revista de la CEPAL, Santiago, n.24, p.17-38.
- RAMOS, J. (1984), "Urbanización y mercado de trabajo", Santiago, Revista de la CEPAL, Santiago, n.24, p.63-81.
- RUBERY, J. (1978), "Structured labour markets, worker organization and low pay". Cambridge Journal of Economics, London, v.2, n.1, p.17-36.
- SABOIA, J. (1989), "Dualismo ou integração do mercado de trabalho? A experiência recente da economia brasileira", Estudos Econômicos, São Paulo, v.19, n. especial, p.139-155.

- SALM, C. *et alli.* (1987), O mercado de trabalho brasileiro: estrutura e conjuntura, Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho/IEI/UFRJ. 266p.
- SOUZA, A.V. & ARAÚJO, T. (1986), "O complexo petroquímico de Camaçari e o emprego urbano", in JATOBÁ, J. & IRMÃO, J.F. (orgs.) (1986), Estado, Industrialização e Mercados de Trabalho no Nordeste, Recife: UFPE, Departamento de Economia/PIMES.
- SOUZA, P.R. (1980), A determinação dos salários e do emprego em economias atrasadas, Campinas: UNICAMP/IFCH. 190p. (Tese - Doutorado).
- TOKMAN, V. (1988), "Empleo urbano: investigación y políticas en América Latina". Revista de la CEPAL, Santiago, n.34, p.119-137.

## TEXTO PARA DISCUSSÃO. IE/UNICAMP

### Fazem parte desta Série:

- n. 1 COUTINHO, Maurício. **Marx - reprodução do capital.** jul./91. (esgotado)
- n. 2 COSTA, Fernando Nogueira da. **A formação da taxa de juros no Brasil.** set./91. (esgotado)
- n. 3 SERRA, José & AFONSO, José Roberto R. **As finanças públicas municipais: trajetórias e mitos.** out./91. (esgotado)
- n. 4 COSTA, Fernando Nogueira da. **Política de câmbio e juros vs. dolarização programada e Banco Central independente.** jan./92.
- n.5 SUZIGAN, Wilson. **A indústria brasileira após uma década de estagnação: questões para política industrial.** fev./92. 2a. ed.
- n.6 SANTOS FILHO, Otaviano Canuto dos. **Mudança técnica e concorrência: um arcabouço evolucionista.** abr./92.
- n.7 POSSAS, Maria Sílvia. **Aprendendo com os clássicos: notas sobre valor e capitalismo.** abr./92.
- n.8 KAGEYAMA, Angela Antonia. **O emprego agrícola em 1985: análise preliminar.** maio/92.
- n.9 POSSAS, Mario Luiz. **Concorrência, inovação e complexos industriais: algumas questões conceituais.** jun./92. (esgotado)
- n.10 MACHADO, João Bosco Mesquita & ARAÚJO JR., José Tavares de. **Impacto das políticas comercial e cambial sobre o padrão de comércio internacional dos países da ALADI: o caso do Brasil.** jul./92.
- n.11 COSTA, Fernando Nogueira da. **(Im)Propriedades da Moeda.** out./92.
- n.12 SANTOS FILHO, Otaviano Canuto dos. **Ajustamento estrutural e orientação exportadora: sobre as lições da Coréia do Sul e do México.** out./92.

- n.13 SUZIGAN, Wilson. **Política comercial e perspectivas da indústria brasileira.** dez./92.
- n.14. SOTO B., Fernando. **Da indústria do papel ao complexo florestal no Brasil: o caminho do corporativismo tradicional ao neocorporativismo.** jan./93
- n.15 BAPTISTA, Margarida; FAJNZYLBER, Pablo; PONDÉ, João Luiz. **Os impactos da nova política industrial nas estratégias competitivas das empresas líderes da indústria brasileira de informática: a falsa "modernidade" e os limites da competitividade internacional.** jan./93.
- n.16 NEGRI, Barjas. **Urbanização e demanda de recursos hídricos na Bacia do Rio Piracicaba no Estado de São Paulo.** mar./93.
- n.17 POSSAS, Mario Luiz. **O conceito de concorrência em Marshall: uma perspectiva schumpeteriana.** abr./93.
- n. 18 COUTINHO, Mauricio Chalfin. **Marx e os preços de produção.** abr./93.
- n. 19 COSTA, Fernando Nogueira da. **Inovações financeiras e política monetária.** abr./93.
- n. 20 LEAL, João Paulo Garcia. **Evolução do comércio exterior sul-coreano de manufaturas segundo suas vantagens comparativas reveladas: 1981-1988.** mai/93.
- n. 21 OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **A desordem fiscal e os caminhos para uma nova reforma do sistema tributário.** mai/93.
- n. 22 MACEDO E SILVA, Antonio Carlos. **Keynes's economics and the search for a new economic theory: the "equilibrium trap".** jun/93.
- n. 23 NEGRI, Barjas. **A desconcentração da indústria paulista nos últimos vinte anos (1970-1990).** jul/93.
- n. 24 CRUZ, Paulo Roberto Davidoff Chagas. **Endividamento externo e transferência de recursos reais ao exterior: os setores público e privado na crise dos anos oitenta.** jul/93.